EXTRAMUROS

Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 14, n. 1 p. 46 – 63, 2026.

TECENDO SABERES E (RE)EXISTÊNCIAS NO COSTÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CULTURA CAIÇARA E EDUCAÇÃO TERRITORIAL EM GUARAQUEÇABA-PR

WEAVING KNOWLEDGE AND (RE)EXISTENCE IN COSTÃO: UNIVERSITY EXTENSION, CAIÇARA CULTURE, AND TERRITORIAL EDUCATION IN GUARAQUEÇABA, BRAZIL

TEJIENDO SABERES Y (RE)EXISTENCIAS EN COSTÃO: EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, CULTURA CAIÇARA Y EDUCACIÓN TERRITORIAL EN GUARAQUEÇABA, BRASIL

Jackson Morais Barcelos[1]

RESUMO

Este artigo apresenta a experiência extensionista desenvolvida na comunidade caiçara do Costão, em Guaraqueçaba-PR, articulando saberes tradicionais, memória e educação territorial. A ação extensionista teve como foco fortalecer os processos educativos a partir do diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes locais, buscando valorizar as práticas culturais, a pesca artesanal e a história viva da comunidade. Por meio de oficinas, rodas de conversa, escuta das memórias e construção de materiais educativos, promoveu-se um espaço de (re)existência, onde os moradores puderam reafirmar sua identidade, sua cultura e seu direito ao território. A metodologia adotada foi fundamentada na pesquisa participante, na história oral e na cartografia social, priorizando a escuta ativa, a participação comunitária e a construção coletiva do conhecimento. Os resultados evidenciam que a extensão universitária, quando sensível ao território e aos modos de vida tradicionais, se constitui como ferramenta potente de educação, resistência cultural e promoção da justiça socioambiental.

Palavras-chave: Extensão universitária; Comunidade caiçara; Educação territorial; Saberes tradicionais; Guaraqueçaba.

ABSTRACT

This article presents the extension experience developed in the Caiçara community of Costão, located in Guaraqueçaba, Paraná, Brazil, articulating traditional knowledge, memory, and territorial education. The extension activity aimed to strengthen educational processes through the dialogue between academic knowledge and local wisdom, valuing cultural practices, artisanal fishing, and the living history of the community. Through workshops, dialogue circles, listening to oral histories, and the development of educational materials, a space of (re)existence was promoted, enabling residents to reaffirm their identity, culture, and territorial rights. The adopted methodology was based on participatory research, oral history, and social cartography, emphasizing active listening, community participation, and the collective construction of knowledge. The results demonstrate that university extension, when attentive to the territory

[1] Mestre em Ciências Ambientais (Universidade Federal do Paraná – UFPR). Docente do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa (Paraná). E-mail: jacksonbarcelos515@gmail.com.

and traditional ways of life, becomes a powerful tool for education, cultural resistance, and the promotion of socio-environmental justice.

Keywords: University extension; Caiçara community; Territorial education; Traditional knowledge; Guaraqueçaba.

RESUMÉN

Este artículo presenta la experiencia extensionista desarrollada en la comunidad caiçara de Costão, en Guaraqueçaba, Paraná, Brasil, articulando saberes tradicionales, memoria y educación territorial. La acción extensionista tuvo como objetivo fortalecer los procesos educativos a través del diálogo entre el conocimiento académico y los saberes locales, valorizando las prácticas culturales, la pesca artesanal y la historia viva de la comunidad. A través de talleres, círculos de diálogo, escucha de relatos orales y elaboración de materiales educativos, se promovió un espacio de (re)existencia donde los habitantes pudieron reafirmar su identidad, su cultura y su derecho al territorio. La metodología adoptada se basó en la investigación participativa, la historia oral y la cartografía social, priorizando la escucha activa, la participación comunitaria y la construcción colectiva del conocimiento. Los resultados evidencian que la extensión universitaria, cuando es sensible al territorio y a los modos de vida tradicionales, se convierte en una herramienta potente para la educación, la resistencia cultural y la promoción de la justicia socioambiental.

Palabras clave: Extensión universitaria; Comunidad caiçara; Educación territorial; Saberes tradicionales; Guaraqueçaba.

INTRODUÇÃO

O território, na perspectiva das comunidades tradicionais, não é uma abstração cartográfica nem um simples espaço delimitado fisicamente. Para os povos caiçaras, como os moradores do bairro Costão, no município de Guaraqueçaba-PR, ele se constitui como construção social, afetiva, histórica e cultural, tecida nas relações entre seres humanos, natureza, memória e ancestralidade. Assim, trilhas, enseadas e roçados não são apenas "paisagem": são marcas de saber, trabalho e pertencimento.

Nesse cenário, emergem tensões persistentes entre a lógica dos povos tradicionais e modelos conservacionistas que, não raro, desconsideram práticas socioculturais locais. A criação de unidades de conservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, embora justificada pela proteção ambiental, tem se desdobrado em restrições que atravessam diretamente modos de subsistência e reprodução sociocultural caiçara. Essa dinâmica evidencia o que Acselrad (2004) define como injustiça ambiental: populações historicamente vinculadas à conservação cotidiana dos ecossistemas passam a ser tratadas como ameaça.

É a partir desse horizonte que se insere a prática extensionista discutida neste artigo, ancorada em um compromisso ético-político de diálogo com a comunidade, reconhecendo-a como sujeito de saber, luta e (re)existência. O Costão configura um território em que a cultura caiçara resiste e se reinventa, mesmo sob pressões socioambientais e processos históricos de invisibilização.

O reconhecimento dos saberes tradicionais como epistemologias legítimas, capazes de dialogar com o conhecimento acadêmico, é central nesse percurso. Santos (2020) argumenta que uma ecologia de saberes depende da disposição de colocar diferentes formas de conhecimento em relação, sem hierarquizá-las. Na comunidade do Costão, saberes ligados à pesca artesanal, aos ciclos das marés, ao manejo do ambiente costeiro, ao cultivo da roça, às práticas de cura e às celebrações culturais estruturam modos de viver e pertencer, em relação íntima com o território (Diegues, 2004).

No entanto, tais saberes frequentemente permanecem marginalizados em políticas públicas e nos processos educativos formais. A escola, muitas vezes, opera com currículos descontextualizados, centrados em referências urbanas e eurocêntricas, com baixo diálogo com a realidade dos estudantes das comunidades tradicionais. Esse desencontro pode produzir desidentificação e desvalorização cultural, desafio recorrente no campo da Educação do Campo (Molina, 2012). Nesse contexto, a extensão universitária se apresenta como possibilidade de reconstrução de pontes entre universidade, escola e comunidade, não como transmissão, mas como escuta, mediação e construção coletiva. Para Brandão (2006), a extensão, quando comprometida com a educação popular e a justiça social, transforma todos os envolvidos ao reconhecer a produção compartilhada do conhecimento.

A ação extensionista realizada no Costão foi construída de forma dialógica, valorizando a cultura local e adotando metodologias participativas, como rodas de conversa, oficinas de memória, cartografia social e levantamento de narrativas orais. O território foi mobilizado como princípio pedagógico, compreendendo que os processos formativos se expandem para além dos muros escolares e se conectam aos espaços materiais e simbólicos da comunidade. Essa orientação dialoga com a Educação do Campo em sua vinculação aos ciclos da natureza, às práticas culturais e à vida territorial (Caldart; Pereira; Santos, 2010), bem como com a pesquisa participante, marcada pela interação ativa e colaborativa na busca de respostas a problemas concretos (Thiollent, 2011).

Diante disso, este artigo tem como objetivo apresentar e refletir sobre a prática extensionista desenvolvida no bairro Costão, em Guaraqueçaba-PR, analisando seus efeitos na

valorização dos saberes tradicionais, na construção de uma educação territorializada e na promoção da justiça socioambiental. Busca-se, assim, contribuir para os debates sobre extensão universitária como prática transformadora, capaz de fortalecer processos formativos em diálogo com os territórios e com os sujeitos que neles constroem suas vidas, lutas e saberes.

DESENVOLVIMENTO

A compreensão da extensão universitária como prática transformadora exige ir além da concepção tradicional de transmissão de saberes. Quando orientada por princípios éticos, pedagógicos e sociais, a extensão se constitui como movimento dialógico que atravessa fronteiras entre universidade e território, assumindo-se como espaço de construção coletiva de conhecimentos, valorização de saberes locais e fortalecimento comunitário. Loureiro (2007) ressalta que a extensão deve ser pensada como instrumento de emancipação social, na medida em que favorece a produção de saberes vinculados às realidades concretas dos sujeitos e aos seus territórios de vida.

Essa perspectiva se articula à educação territorial, que compreende o território não apenas como espaço físico, mas como construção social, cultural, política e simbólica. Haesbaert (2004) reforça que o território carrega múltiplos sentidos e, para os sujeitos que nele vivem, constitui espaço de pertencimento, identidade e (re)existência. No caso das comunidades caiçaras, território e cultura se entrelaçam em práticas e saberes ancestrais que conectam mar, mangue, mata e roçado como dimensões constitutivas do modo de vida.

A aproximação entre extensão e território, portanto, demanda reconhecer que saberes produzidos em comunidades tradicionais operam como epistemologias legítimas e indispensáveis à construção de uma sociedade plural. Santos (2020) formula esse desafio como ecologia de saberes: um diálogo em reciprocidade entre conhecimentos acadêmicos, populares e ancestrais, sem hierarquias e sem imposição de um sobre o outro. No bairro Costão, esses saberes se materializam na pesca artesanal, no manejo do roçado, nas técnicas de construção de embarcações, nas festas, rezas e narrativas orais que atravessam gerações, sem separar vida cotidiana, espiritualidade e relações comunitárias. Como indica Diegues (2004), tais modos de vida expressam conexões profundas com os ecossistemas costeiros e sustentam formas históricas de ocupação e uso dos recursos naturais.

Apesar disso, populações caiçaras enfrentam processos persistentes de invisibilização e criminalização de suas práticas, especialmente quando políticas de conservação desconsideram

conhecimentos locais e impõem restrições severas ao uso tradicional do território. Acselrad (2004) compreende essa dinâmica como injustiça ambiental, na qual grupos que menos contribuem para a degradação tendem a sofrer desproporcionalmente os efeitos de políticas excludentes. Nesse cenário, a extensão universitária pode assumir papel estratégico na promoção da justiça socioambiental, ao articular processos educativos que reconhecem modos de vida, fortalecem direitos territoriais e ampliam a legitimidade pública dos saberes tradicionais. Porto (2007) enfatiza que justiça socioambiental não se limita à distribuição equitativa de recursos, incluindo também reconhecimento cultural e garantia de direitos de povos tradicionais sobre seus territórios.

Quando fundamentada na educação popular, a extensão assume, assim, densidade político-pedagógica. Brandão (2006) lembra que a educação popular não é apenas método, mas atitude frente à vida: educar se realiza na relação dialógica, no reconhecimento do saber do outro e na construção coletiva de alternativas para problemas concretos. Nessa direção, a intersecção entre extensão, educação territorial e cultura caiçara permite compreender a prática educativa como processo de (re)existência. Molina (2012) argumenta que a Educação do Campo se vincula à luta pela afirmação de identidades, valorização de saberes e defesa territorial, rompendo com a ideia de escola neutra e evidenciando que todo processo educativo é atravessado por relações de poder e disputas epistemológicas.

No caso do Costão, as ações extensionistas dialogam com essa perspectiva ao criar espaços de escuta, troca de saberes e valorização das memórias comunitárias. A cartografia social, as rodas de conversa, as oficinas de memória e os registros de histórias de vida não operam apenas como instrumentos metodológicos, mas como práticas de reconhecimento e de produção compartilhada de conhecimento, fortalecendo a educação territorializada e crítica.

Por fim, essa fundamentação se apoia na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na compreensão de que pesquisa participativa e educação popular se entrelaçam na medida em que buscam transformar a realidade a partir de conhecimentos produzidos com os próprios sujeitos (Fals Borda, 1987). Dessa maneira, a prática desenvolvida no Costão se inscreve em um movimento mais amplo de resistência caiçara, no qual reivindicar direitos territoriais também significa reafirmar saberes, práticas culturais e formas singulares de relação com o mundo. Assim, esta seção sustenta a extensão universitária como prática educativa emancipatória e comprometida com territórios e sujeitos, reconhecendo que o conhecimento se produz nas relações, nas práticas e nas lutas concretas do cotidiano.

METODOLOGIA

O desenvolvimento desta ação extensionista foi alicerçado em uma perspectiva metodológica que reconhece o território, os sujeitos e seus saberes como elementos centrais na construção do processo formativo. Fundamentada na abordagem qualitativa e na pesquisa participante, a metodologia adotada buscou romper com práticas tradicionais de produção de conhecimento, priorizando a escuta ativa, o diálogo horizontal e a construção coletiva de saberes. Essa escolha não se deu de maneira fortuita, mas como uma decisão política, pedagógica e epistemológica, coerente com os princípios da educação popular, da extensão crítica e da valorização dos saberes tradicionais.

De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa participante se caracteriza pela interação ativa entre pesquisadores e sujeitos envolvidos no processo, sendo orientada pela busca de soluções para os problemas vivenciados pelos grupos sociais participantes. Assim, ela rompe com a ideia de um pesquisador externo e neutro, colocando-o como partícipe das ações, dos processos e das construções que emergem do território. Essa perspectiva foi fundamental para que a prática extensionista desenvolvida no bairro Costão, em Guaraqueçaba-PR, não fosse entendida como uma intervenção, mas como um processo construído conjuntamente com a comunidade, a partir de suas demandas, interesses e saberes.

O território, nesse sentido, foi assumido não apenas como espaço geográfico, mas como elemento pedagógico, epistemológico e político. Conforme aponta Haesbaert (2004), o território é um espaço vivido, carregado de sentidos, de memórias, de afetos e de relações sociais. No contexto do bairro Costão, esse território se manifesta nas práticas da pesca artesanal, no cultivo da roça, nas festas, nas rezas, nas narrativas orais e na relação cotidiana com o mangue, o mar e a floresta.

Nesse processo, os deslocamentos realizados até a comunidade do Costão também assumiram um caráter simbólico e pedagógico. A travessia fluvial, necessária para acessar a localidade, expressa não apenas os desafios logísticos da extensão em áreas insulares, mas também a imersão gradual no território e na cultura caiçara. A vivência do caminho, do mangue e das águas faz parte da escuta e da construção coletiva de saberes.

Figura 1 – Travessia fluvial rumo à comunidade do Costão, Guaraqueçaba-PR, durante ação extensionista.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Ao adentrar o território por suas águas, reconhece-se que o acesso à comunidade não é apenas físico, mas também simbólico: trata-se de mergulhar em uma dinâmica de vida entre o mar, o mangue e a floresta. Esse deslocamento inicial tornou-se, ele próprio, um espaço de reflexão sobre os sentidos do território, da presença e da escuta, fundamentais para a metodologia adotada.

Para compreender a dinâmica territorial da comunidade do Costão, torna-se fundamental visualizar sua localização e relação com o entorno costeiro de Guaraqueçaba-PR.

A compreensão do território é fundamental para contextualizar a prática extensionista desenvolvida na comunidade do Costão. Trata-se de um espaço onde as relações entre natureza e cultura moldam os modos de vida, a organização social e os saberes tradicionais da população caiçara. O território não se limita ao espaço físico, mas incorpora dimensões simbólicas, afetivas e produtivas, sendo estruturado a partir da interação constante com o mar, os manguezais e a floresta. A seguir, apresenta-se uma imagem de satélite que permite visualizar

a localização da comunidade e sua relação com o entorno costeiro no município de Guaraqueçaba-PR.

Figura 2 – Imagem de satélite da comunidade do Costão e seu entorno costeiro no município de Guaraqueçaba-PR.



Fonte: Google Earth Pro, adaptado pelos autores (2025).

A imagem permite observar como o território integra elementos naturais e culturais, essenciais para a organização social, econômica e ambiental da comunidade.

Portanto, compreender o território como categoria central do processo metodológico significou reconhecer que é nele que se constroem os saberes, as identidades e as estratégias de (re)existência da comunidade caiçara.

A definição dos procedimentos metodológicos foi realizada de forma coletiva, considerando as especificidades do território e os interesses da comunidade. As primeiras etapas do trabalho consistiram em encontros de aproximação, nos quais se buscou estabelecer vínculos de confiança, compreender as dinâmicas locais, identificar demandas e mapear os saberes presentes na comunidade. Essa etapa foi fundamental para garantir que as ações fossem construídas a partir da escuta sensível e do respeito às formas de organização social e cultural do Costão.

As estratégias metodológicas adotadas foram diversificadas, articulando diferentes instrumentos e práticas formativas. As rodas de conversa, inspiradas nos princípios da educação

popular, configuraram-se como espaços privilegiados de diálogo, onde os moradores puderam compartilhar suas histórias, suas memórias e seus saberes. Segundo Brandão (2006), a roda de conversa, enquanto metodologia, rompe com a hierarquia dos saberes e estabelece um campo de diálogo horizontal, no qual todos os participantes são reconhecidos como sujeitos de conhecimento.

Outra estratégia central foi a realização de oficinas temáticas, que abordaram questões relacionadas à memória comunitária, aos saberes tradicionais, aos desafios socioambientais e à produção de materiais educativos. Essas oficinas foram espaços de construção coletiva, onde a troca de saberes se deu de forma dinâmica, valorizando tanto os conhecimentos acadêmicos quanto os saberes locais. Como destaca Fals Borda (1987), a pesquisa participativa exige metodologias que sejam, ao mesmo tempo, rigorosas e sensíveis, capazes de captar a complexidade das realidades sociais e de gerar processos de conscientização e de transformação.

A utilização da cartografia social como ferramenta metodológica foi outro elemento fundamental no processo. Por meio dela, os participantes puderam representar o território a partir de suas próprias percepções, identificando lugares de memória, pontos de pesca, áreas de cultivo, trilhas, espaços simbólicos e áreas impactadas pelas restrições ambientais. Segundo Harley (2001), a cartografia, quando apropriada pelos sujeitos, deixa de ser uma ferramenta de dominação técnica e passa a ser um instrumento de empoderamento, na medida em que permite aos grupos sociais representar seus territórios, suas histórias e suas lutas a partir de suas próprias referências.

O levantamento de histórias de vida e narrativas orais também foi uma prática metodológica central. Por meio dessas narrativas, foi possível acessar memórias, experiências e saberes que não estão registrados em documentos oficiais, mas que constituem o patrimônio imaterial da comunidade. Como argumenta Portelli (2002), a história oral não busca apenas a recuperação de dados, mas a compreensão dos significados, das emoções e das interpretações que os sujeitos atribuem às suas vivências. Assim, as histórias de vida recolhidas durante o processo foram fundamentais não apenas para a construção dos materiais educativos, mas também para fortalecer os vínculos comunitários e reafirmar a importância da memória como estratégia de resistência.

Todas as atividades foram acompanhadas por processos constantes de avaliação participativa, nos quais os próprios sujeitos envolvidos refletiam sobre as práticas, os resultados e os desafios do trabalho. Essas avaliações não tinham caráter meramente técnico, mas se

constituíram como momentos de reflexão crítica, de reorganização das ações e de fortalecimento da autonomia da comunidade no processo de construção dos saberes.

Do ponto de vista ético, o trabalho foi orientado pelos princípios do respeito à autonomia dos sujeitos, da valorização dos saberes locais e do compromisso com os processos de devolutiva e de coautoria. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do trabalho, os procedimentos metodológicos e a forma como os dados seriam utilizados. Houve consentimento livre e esclarecido, garantindo que todas as informações, narrativas e imagens fossem utilizadas de acordo com a vontade dos sujeitos e da comunidade. Para preservar a identidade dos participantes, adotou-se anonimização das falas e registros, evitando nomes próprios e quaisquer informações que permitam reconhecimento individual. Assim, os excertos apresentados no texto foram identificados apenas por perfis gerais (por exemplo: pescador artesanal, marisqueira, educadora, jovem da comunidade), acompanhados do tipo de atividade (roda de conversa/oficina/cartografia social) e do ano (2025).

Esse cuidado ético se alinha às diretrizes da pesquisa participante e às práticas de extensão universitária comprometidas com a transformação social e com os direitos dos povos tradicionais (Barbosa & Barbosa, 2021). É importante destacar que o desenvolvimento da prática extensionista não esteve isento de desafios. As limitações de infraestrutura da comunidade, as dificuldades de acesso, as condições climáticas e, sobretudo, as tensões decorrentes das restrições impostas pelas unidades de conservação ambiental impuseram obstáculos que exigiram constante adaptação das estratégias metodológicas. No entanto, esses desafios foram superados, em grande medida, pela força dos vínculos construídos, pela escuta sensível e pela disposição coletiva em construir processos formativos verdadeiramente significativos e enraizados na realidade do território.

Além disso, a metodologia adotada foi constantemente tensionada pela necessidade de equilibrar os tempos da universidade com os tempos da comunidade. Como observa Delgado (2012), os processos de extensão, quando realizados em territórios tradicionais, exigem sensibilidade para compreender que os tempos do mar, do roçado, da pesca e das práticas culturais nem sempre coincidem com os calendários acadêmicos. Essa compreensão foi fundamental para que o trabalho não fosse uma imposição externa, mas um processo construído no ritmo da comunidade, respeitando suas dinâmicas, seus saberes e suas prioridades.

Portanto, a metodologia construída no desenvolvimento da prática extensionista no bairro Costão se configura como um processo dinâmico, coletivo e profundamente comprometido com a valorização dos saberes caiçaras, com a defesa do território e com a

construção de uma educação territorializada, crítica e transformadora. Esse percurso metodológico não se esgota na sistematização aqui apresentada, mas se mantém aberto, vivo e em permanente construção, na medida em que os sujeitos, os territórios e os saberes seguem em movimento, em luta e em (re)existência.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O desenvolvimento da prática extensionista no bairro Costão, em Guaraqueçaba-PR, revelou-se um processo profundamente dinâmico, permeado por aprendizagens, desafios, ressignificações e, sobretudo, pela reafirmação dos saberes, das práticas culturais e das estratégias de (re)existência da comunidade caiçara. As ações realizadas não apenas promoveram espaços de formação, mas também geraram impactos concretos no fortalecimento da identidade territorial, na valorização da cultura local e na construção de processos educativos enraizados no território.

Um dos principais resultados observados ao longo da ação foi o fortalecimento dos vínculos comunitários e a reafirmação da memória coletiva como elemento estruturante da resistência cultural. Durante as rodas de conversa e as oficinas de memória, os moradores compartilharam histórias, saberes e experiências que, em muitos casos, não estavam formalmente registrados, mas que constituem o patrimônio imaterial da comunidade. Como destaca Portelli (2002), a oralidade é uma forma legítima de construção de conhecimento, capaz de capturar não apenas fatos, mas também sentidos, afetos e interpretações que atravessam gerações.

Para além da descrição analítica, as narrativas comunitárias evidenciam como a memória do Costão se constrói como pertencimento, trabalho e continuidade; por isso, apresentam-se a seguir excertos extraídos de rodas de conversa e oficinas, com identificação genérica por função social e ano (2025), preservando o anonimato dos participantes.

> “Ó, a gente nasceu nessa beira d’água aí. O Costão não é só lugar no mapa, não. É a vida da gente mesmo: maré, vento, canoa e o jeito de se virar. Meu pai já dizia que aqui a gente aprende olhando e fazendo, desde piá.” (Pescador artesanal, roda de conversa, 2025).

> “Tem coisa que não tá em livro, tá na lembrança. Quando a maré muda, quando o siri aparece, quando o tempo fecha… isso é ensinamento antigo. Se a gente perde isso, perde o caminho de casa junto.” (Marisqueira, oficina de memória, 2025).

> "O povo de fora acha que tradição é enfeite. Pra nós é sustento e é respeito. Tem dia que a gente tá cansado, mas ainda assim vai lá, porque foi assim que a gente aprendeu: não abandonar o lugar nem os nossos." (Morador antigo da comunidade, roda de conversa, 2025).

Esses excertos reforçam que a memória não opera apenas como recordação, mas como critério de pertencimento e forma de orientação territorial, articulando trabalho, família e cultura no viver caiçara.

A cartografia social, utilizada como ferramenta metodológica, revelou-se um dispositivo pedagógico de enorme potência. Por meio dela, os participantes puderam mapear não apenas os espaços físicos do território – como áreas de pesca, trilhas, roçados, locais de festas e celebrações – mas também os espaços simbólicos e afetivos que estruturam suas relações com o lugar. Essa prática não apenas contribuiu para a produção de materiais educativos, mas também fortaleceu o sentimento de pertencimento e de identidade territorial. Harley (2001) já havia alertado para o caráter político da cartografia, ao afirmar que os mapas são construções sociais, que expressam relações de poder e formas de representação do mundo.

No processo cartográfico, a fala dos participantes não apenas "explicou" o território: ela produziu território, ao nomear caminhos, usos, tempos e regras do cotidiano. Os excertos exemplificativos abaixo evidenciam como práticas culturais e trabalho se misturam como saber vivido.

> "Aqui ó, esse risco no papel é o caminho da canoa quando o rio tá manso. Quando tá bravo, a gente dá a volta por ali, senão vira perigo. Isso a gente aprende no corpo, não é no 'achismo'." (Pescador artesanal, atividade de cartografia social, 2025).

> "O roçado é pequeno, mas é importante. Não é só plantar por plantar: é o jeito de não depender de tudo de fora. A gente sabe a lua boa, sabe o tempo certo… isso é cultura e é comida." (Agricultor, atividade de cartografia social, 2025).

Assim, a cartografia social se afirma como dispositivo pedagógico porque torna visível o conhecimento prático como leitura fina do ambiente e como base de autonomia comunitária.

Os relatos dos moradores evidenciaram, de forma contundente, os impactos das políticas de conservação ambiental sobre os modos de vida caiçara. As restrições impostas pela APA de Guaraqueçaba, especialmente no que se refere à pesca artesanal, ao uso do mangue e à abertura de novos roçados, foram apontadas como fatores que não apenas limitam as atividades produtivas, mas também colocam em risco a reprodução sociocultural da comunidade. Esse

dado dialoga diretamente com as análises de Acselrad (2004), ao evidenciar que as populações tradicionais são frequentemente tratadas como ameaças ambientais, mesmo sendo historicamente guardiãs dos ecossistemas que habitam.

> "A gente não é contra cuidar, não. Quem cuida primeiro é quem mora aqui. Só que tem regra que vem de cima e parece que a gente vira visita no próprio lugar. Daí tudo vira 'não pode' e a vida vai apertando." (Moradora, roda de conversa, 2025).

> "O que dói é não escutarem a gente. A gente sabe a hora de pegar e a hora de deixar. Mas aí chega fiscalização falando bonito e não entende a necessidade. A vida não espera papel." (Marisqueira, roda de conversa, 2025).

As falas indicam que o conflito não se reduz a "preservação versus tradição", mas envolve assimetria de poder, falhas de escuta e impactos diretos nas práticas que sustentam a vida comunitária.

Nesse sentido, a extensão universitária cumpriu um papel central como mediadora no processo de visibilização desses conflitos, permitindo que a comunidade articulasse seus saberes e suas demandas de forma crítica e propositiva. A produção de materiais educativos – como cartilhas, mapas comunitários, registros de narrativas orais e painéis ilustrativos – não se limitou a um exercício acadêmico, mas se configurou como uma estratégia de fortalecimento comunitário, de afirmação identitária e de luta por justiça socioambiental.

Ao avaliarem as oficinas, rodas de conversa e os materiais produzidos, os participantes enfatizaram reconhecimento, valorização e o sentimento de que suas histórias passaram a ser tratadas como conhecimento legítimo. Os excertos exemplificativos abaixo sintetizam esse movimento.

> "Eu gostei porque não foi gente vindo aqui só pra pegar coisa e ir embora. Teve conversa, teve respeito. A gente se viu no trabalho, se viu no papel, se viu na escola… isso dá força pra continuar." (Educadora da escola do campo, oficina, 2025).

> "Quando vocês botaram a gente pra falar e escrever junto, parece que a comunidade ficou mais 'acordada'. Dá vontade de continuar, porque a gente percebe que a nossa palavra tem valor." (Estudante, oficina, 2025).

Nesse enquadramento, a extensão se consolida como prática de coautoria territorial do conhecimento, deslocando a lógica de "aplicação" e reforçando processos educativos sustentados na reciprocidade.

Outro aspecto que emergiu de maneira significativa foi o papel da escola local como espaço de disputa simbólica. Durante as oficinas realizadas com professores, alunos e lideranças, ficou evidente que os currículos escolares, quando descontextualizados do território, contribuem para processos de desidentificação cultural, desvalorização dos saberes locais e, consequentemente, enfraquecimento dos vínculos comunitários. Como alerta Molina (2012), a Educação do Campo surge justamente como uma resposta a essa lógica, propondo currículos que dialoguem com os modos de vida, com as práticas produtivas e com as culturas dos povos do campo, das florestas e das águas.

Para ilustrar de forma objetiva as dinâmicas do território, apresenta-se a seguir uma síntese dos saberes tradicionais, das práticas culturais e dos desafios enfrentados pela comunidade do Costão.

Quadro 1 – Saberes Tradicionais, Práticas Culturais e Desafios da Comunidade do Costão

Saberes Tradicionais	Práticas Culturais	Desafios Atuais
Pesca artesanal: técnicas, leitura das marés e instrumentos	Festas comunitárias, rezas e celebrações tradicionais	Restrição às práticas de pesca imposta pela APA
Manejo do roçado, cultivo de alimentos, ervas e remédios	Culinária caiçara e produção artesanal	Criminalização do manejo tradicional e insegurança territorial
Saberes das marés, dos ventos e dos ciclos lunares	Roda de histórias e transmissão oral dos saberes	Desvalorização dos saberes na escola e na gestão ambiental
Práticas de manejo sustentável de manguezais e floresta	Construção de canoas, redes e utensílios artesanais	Ausência de políticas públicas sensíveis às especificidades culturais

Fonte: Dados produzidos pela ação extensionista (2025).

Essa sistematização evidencia como os saberes, as práticas culturais e os desafios do território foram centrais na construção das ações extensionistas realizadas com a comunidade.

O diálogo estabelecido entre a comunidade, a escola e a universidade permitiu não apenas a construção de processos educativos mais sensíveis às realidades locais, mas também a emergência de reflexões críticas sobre o papel da extensão universitária na promoção da justiça social e ambiental. Loureiro (2007) argumenta que a extensão, quando articulada à

educação popular e aos princípios da ecologia de saberes (Santos, 2020), se constitui como prática política, capaz de romper com as hierarquias epistemológicas e de construir processos formativos emancipatórios.

Os processos formativos desencadeados ao longo da ação extensionista também evidenciaram os desafios inerentes à articulação entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais. Em vários momentos, emergiram tensões decorrentes das diferenças nos modos de organizar o conhecimento, nos tempos de aprendizagem e nas formas de expressão dos saberes. Como ressalta Fals Borda (1987), a pesquisa participativa e a extensão crítica exigem não apenas disposição para o diálogo, mas também humildade epistemológica, reconhecimento das limitações do saber acadêmico e valorização das formas de conhecimento que emergem do território e da experiência vivida.

Apesar dos desafios, os resultados apontam que a metodologia adotada – centrada na escuta ativa, na participação comunitária e na construção coletiva – foi capaz de criar um ambiente propício para que a comunidade reafirmasse seus saberes, fortalecesse sua identidade cultural e ampliasse sua capacidade de incidência nas discussões sobre políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à gestão ambiental e aos direitos territoriais.

Ademais, a ação extensionista contribuiu para desconstruir a visão hegemônica de que os saberes acadêmicos são superiores aos saberes tradicionais. O diálogo estabelecido ao longo do processo evidenciou que o conhecimento produzido no cotidiano da comunidade caiçara – seja sobre as marés, os ciclos lunares, os pontos de pesca, as plantas medicinais ou os rituais culturais – é tão legítimo e relevante quanto qualquer produção acadêmica, especialmente quando se trata de compreender e de viver no território.

Por fim, é necessário destacar que os impactos da prática extensionista transcendem os limites temporais do projeto. Os materiais produzidos, as cartografias, os registros das narrativas e, sobretudo, os processos de fortalecimento comunitário permanecem como legado, tanto para a comunidade do Costão quanto para a universidade, que, ao se colocar em movimento junto aos sujeitos do território, também se transforma, aprende e ressignifica seu papel social.

Assim, os resultados alcançados e as reflexões aqui apresentadas reafirmam a extensão universitária como prática de (re)existência, de resistência cultural e de construção de justiça socioambiental, especialmente quando orientada pelos princípios da educação territorial, da ecologia de saberes e do reconhecimento da centralidade dos povos tradicionais na produção de conhecimentos e na defesa dos seus territórios.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da prática extensionista no bairro Costão, em Guaraqueçaba-PR, reafirma a potência da extensão universitária como um instrumento capaz de fortalecer os processos educativos, culturais e territoriais junto às comunidades tradicionais. A experiência vivenciada não apenas cumpriu o papel de estabelecer pontes entre a universidade e a comunidade, mas também reafirmou a importância de práticas educativas que valorizem os saberes locais, a memória coletiva e a identidade cultural dos povos caiçaras.

Ao longo do processo, ficou evidente que quando a extensão universitária se ancora no território, ela se torna muito mais do que uma atividade complementar da academia; ela se transforma em um espaço de construção de conhecimentos, de resistência e de (re)existência. A escuta ativa, o reconhecimento dos saberes ancestrais e o diálogo horizontal foram elementos centrais para que as ações desenvolvidas se configurassem como práticas de transformação social, cultural e educativa.

Os impactos gerados ultrapassaram a dimensão da formação acadêmica. A comunidade do Costão, por meio das atividades realizadas, pôde revisitar sua própria história, fortalecer seus vínculos culturais, reafirmar sua identidade e, sobretudo, se reconhecer como protagonista dos processos formativos e das lutas em defesa do seu território. As oficinas, os materiais produzidos, as cartografias sociais e os espaços de diálogo deixaram marcas que permanecem como legado tanto para a comunidade quanto para a universidade.

Por outro lado, a experiência também evidenciou desafios importantes, especialmente aqueles relacionados às tensões entre as políticas de conservação ambiental e os direitos territoriais das comunidades caiçaras. As restrições impostas, muitas vezes desconectadas da realidade local, impactam diretamente os modos de vida, a economia e as práticas socioculturais do Costão. Este cenário reforça a necessidade de que as universidades, por meio da extensão, atuem como parceiras estratégicas na construção de alternativas que combinem conservação ambiental com justiça social e valorização dos saberes tradicionais.

A prática extensionista realizada revelou que os processos educativos, quando enraizados no território e nas culturas locais, possuem um enorme potencial de transformação, tanto para as comunidades quanto para a própria universidade. A relação construída não foi de transferência de conhecimento, mas de construção compartilhada, onde cada sujeito envolvido – seja morador, estudante, professor ou extensionista – se reconheceu como parte de um processo de produção de saberes, de fortalecimento identitário e de defesa do território.

Como desdobramento, destaca-se a importância de que práticas como essa sejam contínuas, permanentes e institucionalizadas dentro das universidades, superando a lógica dos projetos isolados e pontuais. O fortalecimento das comunidades tradicionais passa, necessariamente, pela valorização dos seus saberes, pela garantia dos seus direitos territoriais e pelo reconhecimento da centralidade que ocupam na construção de sociedades mais justas, sustentáveis e culturalmente diversas.

Diante disso, conclui-se que a extensão universitária, quando desenvolvida de forma crítica, territorializada e dialógica, cumpre não apenas uma função acadêmica, mas sobretudo uma função social e política. Ela contribui diretamente para o fortalecimento das lutas dos povos tradicionais, para a construção de uma educação contextualizada e para a promoção da justiça socioambiental, reafirmando que os saberes que brotam entre o mar e a terra, no Costão de Guaraqueçaba, são fundamentais para repensarmos os próprios sentidos da educação, da ciência e da universidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. São Paulo: Cortez, 2004.

BARBOSA, R.; BARBOSA, S. **Metodologias Participativas e Pesquisa Militante: reflexões sobre epistemologias insurgentes**. Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 45, p. 365-385, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/10006. Acesso em: 28 maio 2025.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma história sobre o presente. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. de (org.). **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção.** Brasília, DF: MEC/SECAD, 2012. p. 25-44.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; SANTOS, C. C. dos. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2020.

DELGADO, G. C. **Territórios e políticas públicas rurais no Brasil.** Brasília, DF: IICA, 2012. Disponível em: https://repositorio.iica.int/handle/11324/9230. Acesso em: 28 maio 2025.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FALS BORDA, O. **Conhecimento e poder popular: lições com camponeses da Colômbia.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FARIA, I.; CALDART, R. S. **Educação do Campo e Territórios de Vida: práticas educativas e defesa dos bens comuns.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** 13. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARLEY, J. B. O mapa é uma linguagem? In: COSGROVE, D. (org.). **Mappae Mundi: novas perspectivas na história da cartografia.** São Paulo: Contexto, 2001. p. 53-74.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios**. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Coord.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, DF: Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; UNESCO, 2007. p. 65–72. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

MOLINA, M. C. Educação do campo e políticas públicas: conquistas e desafios. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. de (org.). **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção.** Brasília, DF: MEC/SECAD, 2012. p. 45-67.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História, n. 26, p. 25-39, 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15917. Acesso em: 28 maio 2025.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza**. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 248 p. Disponível em: https://books.scielo.org/id/rrm7q. Acesso em: 23 fev. 2026.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus.** 2. ed. Coimbra: Almedina, 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.